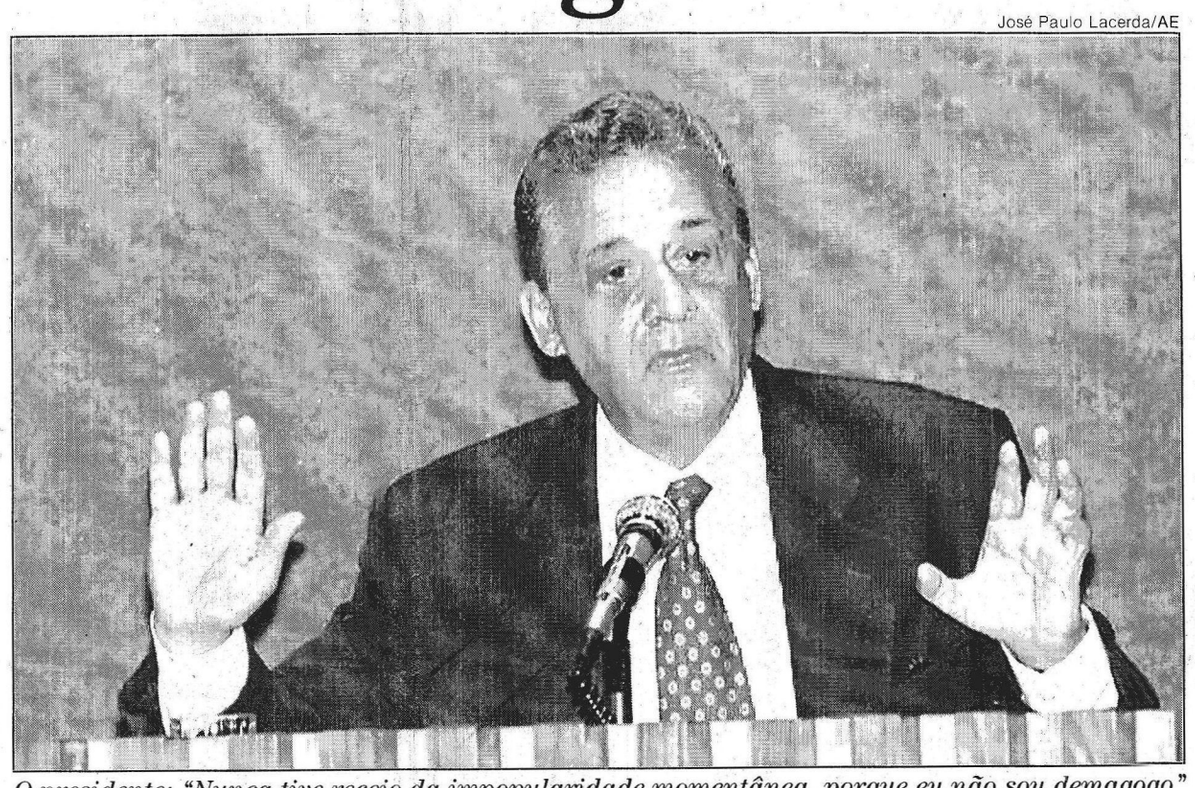
ÍNTEGRA

"Reformas são uma exigência do País"

Presidente diz que objetivo das mudanças na Constituição é garantir o futuro e afirma que tem o apoio da população

José Paulo Lacerda/AE



O presidente: "Nunca tive receio da impopularidade momentânea, porque eu não sou demagogo"

Esta é a íntegra do pronunciamento do presidente Fernando Henrique Cardoso antes da entrevista coletiva:

"Bom dia, muito obrigado pela presença aqui, por essa oportunidade, que é a primeira entrevista coletiva que dou, depois de ter assumido a Presidência da República, há um mês e meio. E eu pedi mesmo que houvesse esse encontro hoje, porque nós estamos enviando hoje ao Congresso a primeira série de emendas à Constituição. E eu creio que é importante que se chame a atenção para o que está acontecendo hoje no Brasil.

Em primeiro lugar, eu queria deixar bem claro que eu acredito que nós estamos vivendo um momento de muita força para as mudanças, um momento de otimismo, um momento em que o Brasil está começando a despertar, para perceber que já é um País que tem condições de ter um futuro afirmativo, afirmativo para o seu povo. Um País que hoje pode, com tranqüilidade, tomar decisões, se reorganizou. E que, entre os feitos que este povo conseguiu, nas últimas décadas, aquele que me parece o mais significativo, e que assegura a possibilidade do resto, é que nós hoje somos realmente um País democrático.

Isso é muito importante. E é especialmente importante para alguém como eu, que hoje sou presidente da República, e que tenho toda uma história de resistência aos regimes autoritários e de luta pela construção da democracia, de poder, com toda tranqüilidade, dizer ao País e ao mundo que nós temos a democracia implantada. Não me refiro, apenas, às instituições democráticas, que são muito importantes e que foram objeto de tantas lutas no passado, mas que hoje não requerem lutas, porque são conquistas, são garantias existentes, a nível constitucional e na prática, no funcionamento das instituições. Eu me refiro a muito mais do que isso.

Eu me refiro ao fato de que, paralelamente à reconstrução institucional, o Brasil passou por uma mudança a nível de sociedade. Hoje, o clamor não é só pela liberdade, é pelo direito, que é uma coisa um pouco diferente da atmosfera de liberdade. E esta existe, mas o clamor pelos direitos e a capacidade de organização da própria sociedade civil são alguma coisa de notável.

E por que, no momento em que estou enviando reformas, algumas emendas para reformar a Constituição, eu me refiro a esse pano de fundo da liberdade e da democracia? É porque isto, essas reformas são a continuidade daquilo que esse País deseja. Elas não são, pura e simplesmente, a decisão do presidente ou de um grupo de técnicos, por mais competentes que sejam, ou de pressões políticas, por mais legítimas que elas sejam. Elas são muito mais do que isso, elas são o anseio deste País, o anseio da população brasileira.

Eu não escondi nunca durante a campanha eleitoral qual era meu pensamento político. E quais eram os meus compromissos, quais são os meus compromissos. Eu ganhei as eleições dizendo o que penso e o que iria fazer. Estou apenas dando continuidade àquilo que me foi delegado pelo povo brasileiro ao votar em mim. Votou sabendo que íamos fazer mudanças, votou porque quer as mudanças e votou porque está confiante de que essas mudanças são para melhorar o Brasil.

Não se trata, pura e simplesmente, de ajustar o aparelho do Estado. Não se trata de obter uma forma mais adequada de extrair impostos e de distribuí-los melhor, é muito mais do que isso. Trata-se de fazer as modificações que vão permitir que, vivendo como nós vivemos, numa sociedade democrática, em que todos se organizam e demandam, que essas demandas possam vir a ser atendidas de forma estável, duradoura, e que essa forma estável e duradoura não seja só para os que hoje estão no governo, nem só para a atual geração, mas tenha uma perspectiva de futuro.

EMENDAS TÊM AUDÁCIA QUE MOMENTO REQUER

Nós hoje somos um País que já não estamos atropelados pelo dia-a-dia da inflação, já não estamos com o fantasma do desemprego crescente rondando as famílias brasileiras. Nós estamos começando a divisar um horizonte que é um horizonte de prosperidade, que é um horizonte de progresso.

E é para a manutenção desse horizonte, e para a criação de condições efetivas que permitam que os brasileiros possam ter uma vida melhor, é que estamos preparando algumas emendas à Constituição. De tal maneira que esse País, que lutou tanto primeiro pela democracia, depois contra a corrupção, e que em seguida, ou simultaneamente, que desejava, como desejou, a estabilidade da economia, e que hoje tem uma moeda que é respeitada, que é o real, para que esse povo possa perceber que esses não são momentos passageiros, mas que são realmente caminhos que podem ser palmilhados com certeza, com firmeza e com tranqüilidade.

Sem as reformas, dificilmente eu poderia afirmar que o caminho está desimpedido para a estabilidade econômica.

Sem as reformas, eu dificilmente poderia afirmar que nós temos condições de acabar com o clientelismo e limitar o corporativismo à sua área legítima, que é a defesa de interesses corretos daqueles que trabalham num ou noutro setor.

Sem as reformas, eu não terei condições de dizer que as pessoas no futuro terão também uma garantia de uma aposentadoria digna, que é uma aspiração correta de todos os brasileiros.

Sem as reformas, nós não teremos condições de afirmar que o crescimento econômico, que agora se verifica, será sustentável, porque haverá sempre empecilhos à atração de recursos privados, que são hoje necessários para que possamos ampliar o nosso investimento, e para que nós possamos continuar transformando a infra-estrutura da nossa economia, e para que possamos assegurar o que é fundamental para os brasileiros: mais empregos e melhores salários.

O Real significou isso para o povo, o povo mais humilde. O povo mais humilde não queria saber a tecnicalidade, de como é que se chegou até o Real, se se trata de inflação inercial, se se trata de aumentar a base monetária ou diminuir a base monetária, se se abriu a economia. Isso são abstrações do ponto de vista de quem tem ali seu cotidiano marcado pela falta de recursos para no fim do mês poder chegar na feira ou no armazém e ter recursos para poder comprar. Isso são abstrações muito importantes.

Mas, para o povo, o que interessou mesmo é que ele percebeu que, no fim do mês, o seu dinheiro estava ali, valendo o mesmo que valia no começo e, portanto, ele melhorou seu nível de vida.

O Real foi uma conquista popular. Terá sido um esforço do governo — e eu devo agradecer mais uma vez, e agora agradeço, ao ministro Malan, que hoje é o ministro da Fazenda, e que participou tão intensamente de tudo isso, àqueles todos que articularam, que definiram a nova moeda — isso foi muito importante. Mas o significativo mesmo, como eu disse tantas vezes, o que garantiu o Real, foi o povo brasileiro que percebeu e acreditou nele.

Isso é o meu compromisso número um, não é meu, é nosso, daqueles que sabemos que dá para levar adiante as transformações com estabilidade. E a todos nós agrada, e agrada muitíssimo, que a inflação continue declinante. E naturalmente aqueles que, durante a campanha eleitoral, viviam dizendo que era um plano eleitoreiro, que isso duraria até o momento da posse, se enganaram. A inflação continuou caindo, e nós vamos ter que fazer muitos esforços para que ela permaneça baixa, porque a inflação não é uma coisa que se liqüide com um ato, é um processo.

E o governo está atento a isso, e tomará as medidas necessárias. Eu tenho disso, e repito hoje o que tenho dito nos últimos dias, que a política não é a arte do possível, é a arte de tornar possível o necessário. Quando for necessário, nós vamos fazer. Para zelar para que o real mantenha a sua capacidade aquisitiva, o seu valor, nós vamos tomar as medidas, ainda que aparentemente possam ser impopulares.

O senhores são testemunhas de que eu nunca tive receio da impopularidade momentânea, porque eu não sou demagogo. Porque quando eu tomo alguma medida, eu pelo menos estou convencido de que essa medida terá um alcance positivo. Se me mostrarem que não, recuo, sem temer também manchetes que digam que recuei. Só não recua quem não tem senso de responsabilidade e quando vê erro recua. E, nas batalhas, quem não recua perde.

É preciso flanquear para chegar aos objetivos. Mas o objetivo tem que ser mantido, e tem que haver continuuidade nos esforços para chegar ao objetivo. E o objetivo do País é manter essa inflação baixa, e nós faremos o possível e o impossível para mantê-la nos níveis compatíveis com a capacidade aquisitiva do povo brasileiro. Porque é isso que é garantia de salário, isso é que é garantia de bem-estar. E minha mão não assinará nunca uma medida que possa ser aplaudida, mas que é demagógica, porque ela vai imediatamente depois erodir o salário, através da inflação.

Pois bem, para que nós possamos continuar nesse rumo, nós precisamos agora chegar a realmente obter as reformas necessárias. Essas reformas são exigências do País. Aí estão as pesquisas de opinião pública a dizer: todas elas dizem a mesma coisa. Poderá haver uma dúvida aqui e outra acolá, porque não se conhece o texto ainda, mas na verdade o País anseia por essas reformas com mais compreensão do momento do que muitas vezes os grupos organizados que se opõem a elas, porque têm interesses, legítimos que sejam, do ponto de vista estrito desses grupos, mas que não têm a compreensão, esses grupos, do conjunto e, portanto, não percebem que a maioria precisa de mudanças.

É com espírito, portanto, muito positivo que estou remetendo as reformas iniciais ao Congresso. Muito positivo. E me parece absolutamente fora de foco quem pretenda se defender das reformas. Só os que têm privilégio é que querem se defender das reformas. E as reformas, eu reafirmo duas frases que disse no meu discurso de posse no Senado. Uma, me permitam ler, diz assim, no Senado: 'O Brasil precisa tanto de mudanças como de continuidade. Precisa de continuidade das mudanças, mudanças com continuidade. Faremos as mudanças continuamente.' E a outra afirmação que eu fiz é que, quando houvesse dúvidas entre o interesse das minorias privilegiadas e das maiorias, eu ficaria com as maiorias.

Muitas vezes as minorias privilegiadas vêm com a etiqueta de povo, que é a melhor maneira de manter privilégio. Mas cabe ao dirigente político, ao homem de Estado responsável, mostrar que o interesse popular não se confunde, muitas vezes, com aqueles que, usando o santo nome do povo em vão, defendem seus próprios interesses, seus próprios privilégios. E eu não vou naturalmente me iludir e ficar a favor de uma aparência de defesa do interesse popular, quando na verdade o que se requer são modificações que assegurem efetivamente o interesse da maioria.

Nesse primeiro conjunto de emendas que estamos enviando hoje ao Congresso, nós nos referimos à ordem econômica. Nós vamos apresentar, na semana que vem, as matérias relativas à Previdência Social e, em seguida, nós vamos apresentar os textos sobre a reforma tributária e a reforma administrativa, e alguns aspectos da reforma financeira.

Isso não esgota a agenda das reformas que o País deseja. A reforma política é muito importante. Eu tenho reafirmado aos líderes partidários e aos presidentes da Câmara e do Senado, ambos empenhados na reformas — ainda ontem, o senador Sarney fez um discurso onde reafirma esse compromisso —, que cabe ao espaço do Legislativo desenhar as reformas políticas. Isso não quer dizer que eu vá me omitir. Pelo contrário, como senador apresentei várias idéias, inclusive tenho uma proposta de transformação do sistema eleitoral em termos de um sistema ainda proporcional, mas com voto distrital misto, para usar um termo a la Alemanha adaptado ao Brasil, que foi aprovada pela Comissão de Justiça do Senado.

SÓ OS QUE TÊM PRIVILÉGIO É QUE QUEREM SE DEFENDER DAS MUDANÇAS

Portanto, a minha opinião é conhecida. Mas eu acho que esta parte específica, o Legislativo tem a condição, o conhecimento e a capacidade para encaminhar essas reformas. E o governo deverá ter aí um papel mais ancilar, mais de auxiliar do que propriamente estar à frente delas.

Faremos as reformas oportunamente, de outras áreas. Proporemos as reformas do Judiciário, em negociação, sempre com o Judiciário. Mas agora, neste momento, nos parece que esses passos são os passos iniciais fundamentais para que nós possamos ter essa crença que hoje existe no Brasil, consolidada em instituições que dêem caminho para as transformações que o País necessita.

Hoje, nessas emendas relativas à ordem econômica, nós estamos aqui levando ao limite o que se chama flexibilização dos monopólios. Os senhores receberão essas emendas. Elas não são emendas tímidas, elas são emendas que têm a audácia que o momento requer. Têm a audácia que o momento requer e estão respaldadas pela opinião pública, pelos partidos que me apóiam, posto que eu discuti emenda por emenda com os presidentes dos partidos. E ainda hoje terei reunião com todos os líderes dos partidos, posto que todos os parlamentares, não só dos partidos que apóiam o governo, mas dos partidos que tiverem interesse nessa matéria, tomaram conhecimento da nossa orientação. Não se trata de surpresa, mas se trata de mostrar que o Brasil hoje, para continuar crescendo, ele precisa de uma cooperação ativa dos capitais privados nacionais e estrangeiros. E as propostas vão nesta direção.

Não deixei de consultar as instituições que são aquelas que até hoje têm prestado imenso serviço ao Brasil nas distintas áreas que serão afetadas pelas emendas. A começar pelo petróleo, onde não deixei de conversar com o presidente da Petrobrás e de auscultar o pensamento sobre a matéria. E nessa matéria nós estamos propondo que a União mantenha ela o monopólio e seja a instituição concedente, mas que ela tenha a liberdade de conceder, via legislação, a possibilidade de capitais privados trabalharem naqueles setores que são hoje setores que apontam já para um certo estrangulamento da nossa capacidade de investimento.

A Petrobrás é uma das maiores empresas do mundo, uma empresa à qual o Brasil deve muito, empresa para cuja formação eu pessoalmente lutei e fui processado. E mantenho a mesma estima pela Petrobrás que mantive nos tempos da juventude. Mas a Petrobrás hoje sabe que ela é tão forte que ela não tem o que temer e que o Brasil precisa, além dela, de recursos adicionais, para que nós possamos atender com presteza o nosso crescimento econômico.

Ainda agora vejo, até com certo espanto pelos jornais, setores estaduais pedindo que o presidente decida sobre matéria que não é política, da formação de uma refinaria aqui e outra ali. Isso é uma deformação de pensar que o governo, que o Estado é quem tenha que tomar decisões que são do interesse do mercado e do povo. É uma deformação. O governo tem a responsabilidade de tomar as decisões que tecnicamente lhe forem propostas. E nós temos que nos acostumar a despolitizar essas decisões, porque as decisões dessa magnitude, quando revestidas de um caráter político, acabam tendo um custo elevado para o País, para o povo.

Mas, se nós temos interesse legítimo de vários Estados, se há condições desses vários Estados e se há capital de risco que queira fazer, por que não? Que o façam. O que eu não posso é empenhar o Tesouro — porque o Tesouro é o povo, é o suor dos trabalhadores, da classe média, dos empresários — numa decisão de cunho político. A decisão tem que ser de risco de mercado.

Aprovada essa emenda, esses assuntos passam a ser tratados, como deveriam ter sido sempre, num nível adequado da otimização dos recursos, dos resultados que mais retribuem o investimento feito, e não com a distorção de uma vontade política que vai servir a interesses, por legítimos que sejam, de região, de pessoas, de grupos, de partidos.

Nós vamos modificar também o que já tinha sido modificado na legislatura anterior, no que diz respeito à conceituação da própria empresa nacional e de empresa estrangeira. Empresa brasileira é aquela que tem sua organização aqui e está submetida às leis brasileiras. Manteremos a possibilidade de que esse tipo de empresa, ao produzir aqui, em igualdade de condições, tenha vantagem sobre os que produzem lá fora. Mas ao produzir aqui.

Infelizmente, a Constituição atual, ela copiou mal o American Buy Act dos Estados Unidos, porque ele beneficia efetivamente os produtores lá. Aqui, na nossa, nós não beneficiamos os produtores, beneficiamos simplesmente ou o ter nascido aqui, ou a empresa ter um nome de nacional. Não é essa a questão. Temos que garantir o emprego, temos que aumentar o emprego. Então, aí está justíssimo que se assegure àqueles que produzem aqui melhores condições, e, em igualdade de condições, assegure as vantagens frente àqueles que produzem lá fora. Esse é o espírito do American Buy Act (o 'Compre americano', 'Compre América'). Nós teremos que comprar brasileiro também, comprar o que se faz aqui. Mas não é o que se faz aqui para um setor. Qualquer que seja o setor que venha aqui para produzir, pois que venha e que fique aqui, que se enraize e que produza.

Com o mesmo espírito, nós estamos também alterando alguma coisa da legislação relativa às telecomunicações. E também a cabotagem. Nós tivemos o cuidado de dizer que a lei definirá as condições em que a cabotagem pode ser exercida. Por uma razão muito simples: porque nós estamos vindo de uma tradição extremamente protecionista, que protege a todos e acaba não protegendo a ninguém, e sobretudo prejudicando o consumidor, porque encarece o preço final de tudo.

Pois bem. Nós não podemos fazer com que as empresas existentes compitam se elas não têm também igualdade de condições com as empresas que são estrangeiras. Então, tem que modificar um conjunto de medidas para que elas possam competir. Não se trata, repito sempre, de fazer as coisas selvagemente — expressão que alguns gostam de usar como se isso fosse sinônimo de responsabilidade e de fazer depressa — mas o apressado come cru. É preciso fazer com propriedade.

Da mesma maneira, ao modificar os pontos que estamos modificando na Constituição, que são poucos, nós não estamos querendo reformar tudo, porque quem quer reformar tudo não reforma nada. Queremos centralizar, focalizar os pontos que realmente produzirão o efeito sobre o conjunto da economia brasileira. Da mesma maneira, embora eu já possa ter sido mal entendido em outras oportunidades, repito aqui, a capacidade de conceder serviço público a terceiros, a necessidade de privatizar, que eu reafirmo, e o processo de privatização, vai seguir adiante com mais rapidez, como já foi dito em outras oportunidades. Ela requer simultaneamente que o Estado se aparelhe para que ele possa ser o fiscalizador, para que ele possa verificar a limpeza do procedimento na hora da concessão, na hora da privatização e para que ele defenda o interesse da coletividade.

Eu não posso tornar, como vamos pretender tornar aqui, passível de exploração pelo capital privado um setor da telefonia. O que é bom, porque aumenta, o usuário vai ter melhores condições de telefone, vai baratear o custo da instalação. Mas, eu não posso fazer isso entregando — perdoem-me a expressão — o filé mignon para o setor privado, e deixando ao Estado apenas os ossos.

Temos que ter aí uma capacidade de distribuir de forma equânime e adequada, de tal maneira que o capital privado tenha também a responsabilidade social, que ele também atinja os setores que são setores menos favorecidos e que precisarão de um forte apoio de investimento.

Isso tudo requer, como requer também — como se disse recentemente, ao promulgar a lei de concessões de serviço público na área energética, especialmente — que a gente pense de uma maneira responsável, as bacias naturais, e que a responsabilidade quando se vá privatizar ou quando se venha a dar uma concessão, seja a de que efetivamente os capitais privados nacionais e estrangeiros possam cooperar para a melhoria global da sociedade, e não só para os setores que já têm tudo, em detrimento dos que nada têm.

Então, a ação de um Estado é absolutamente indispensável para permitir as modificações que estamos fazendo aqui. Não se trata de 'ao invés de', se trata de 'ao lado do' Estado, mas um Estado que sabe que ele hoje não tem condições para fazer os investimentos na monta requerida, nem tem a mesma capacidade de evitar que haja um processo clientelístico ou corporativista forte, que distorcione os resultados da sua ação, como tem o setor privado.

Isso vale também para o setor de exploração mineral. O Brasil teve nos últimos anos uma paralisação de investimentos nesta área.

Para dar um só número, o Brasil hoje tem apenas 10% dos investimentos estrangeiros na área de mineração, comparados com outros países. América Latina: 90% não estão no Brasil, e nós temos as províncias minerais mais ricas, algumas das mais ricas do mundo. Nós fizemos restrições aí que beneficiaram umas poucas empresas, as quais não desenvolveram tecnologicamente o setor. Está na hora de mudar isso.

Então, nós estamos também propondo mudanças nesta área.

Eu não vou me referir a texto por texto, porque os senhores terão acesso imediatamente a eles, mas estou dando apenas o espírito dessas mudanças.

NÃO POSSO DAR O FILÉ MIGNON AO SETOR PRIVADO, DEIXANDO AO ESTADO APENAS OS OSSOS

Chegou a hora de avançar, chegou a hora de enfrentar com muita clareza, com muita convicção, os interesses que vão se organizar, os lobbies, pagos pelo serviço público — são os que mais se organizam. Esse bicho-papão não mete medo a adulto. Alguns sim, têm medo, mas eu não tenho. Acho que quando a gente tem convicção vai em frente. E eu tenho a convicção de que nós estamos dando os passos necessários para o Brasil retomar de forma sustentada o crescimento de sua economia.

No momento adequado, virão as medidas relativas à Previdência.

Eu quero reafirmar aqui o seguinte: para a gestão do governo Fernando Henrique, as alterações constitucionais da Previdência provavelmente não renderão um tostão. Renderão confiança maior em todo mundo, mas nenhum tostão.

Estou mandando também medidas infraconstitucionais. Essas sim são capazes de aumentar a arrecadação e de permitir — o que eu farei com o maior gosto — que haja o aumento do salário mínimo que não seja de mentirinha, que não seja para deputado fazer discurso na tribuna e ir para a rua dizer que o presidente quer vetar. Vetar bobagem, eu vetarei sempre. Agora, essas medidas infraconstitucionais, essa legislação infraconstitucional que vai permitir o acerto, eu verei no nível máximo que puder. São importantes.

Mas por que então fazermos emendas constitucionais à Previdência? É porque é obrigação do homem de Estado zelar não só pela sua gestão, mas pelo País. E pelas gestões futuras. Isso pode parecer romântico, mas por não ter havido condições sempre de ser assim. Por ter havido uma pressão tão grande, em parte por causa da inflação, por causa das desordens havidas pelo autoritarismo, e cada um queria apenas pensar no seu período de governo, é que nós fomos acumulando erros. Eu tenho que pensar no futuro. Não é dos governantes futuros, é do Brasil, do povo do Brasil.

Nós não podemos permitir que dentro de 10 ou 20 anos nós tenhamos mais gente aposentada do que gente na ativa, porque quando isso acontecer quebra o sistema da Previdência, e aí não haverá aposentado nenhum, nenhum, porque não haverá recursos para isso.

E não é sadio um país que transforma numa vantagem e numa cultura o aposentar-se logo. Aqui, as pessoas se querem aposentar logo porque o trabalho é mal pago, se querem aposentar logo porque têm más condições de trabalho, se querem aposentar logo porque não têm motivação, se querem aposentar logo porque querem ter outro emprego para poder melhorar o seu salário.

Não adianta eu me aposentar aos 60 anos. Alguém outro dia me disse, no Paraná, que como é que alguém aos 60 anos pode dar aula. Eu disse: 'Eu tenho 63' — embora a *Veja* diga sempre que eu tenho 64, mas eu tenho 63. Eu posso dar aulas, eu acho que ainda posso dar aulas. Com 60, certamente eu podia. Isso não é verdadeiro.

Agora, se a pessoa chega aos 60 sem poder dar aulas, é porque durante todo o seu trajeto de vida foi maltratado, teve um trabalho áspero que não foi reconhecido, teve mau salário, teve que ter dois trabalhos. Então vamos corrigir isso. Ao invés de colocar como um ideal, dando a impressão de que as pessoas não querem trabalhar, quando o que elas querem não é não trabalhar não, é ter outro emprego. Vamos corrigir isso, mas não se corrige isso não alterando aquilo que é importante agora.

Direito adquirido é direito adquirido. Nós mudamos a questão da moeda, nós alteramos a inflação respeitando os direitos, não quebrando contratos. Por que eu iria propor agora a quebra de contrato da área social? Não.

E vejo até com pena pessoas que se apressam para se aposentar, como se fosse acabar o mundo. Não precisam se aposentar. Não vai acabar o mundo não, os direitos adquiridos serão respeitados. Eu reafirmo isso porque muita gente manipula e fica ameaçando: 'Ah, o governo...' Não vai tirar nada. O governo quer dar mais às gerações futuras também, e não só às atuais. Não é dilapidar um patrimônio social, tem que pensar no dia de amanhã. Mas quer é dar melhores condições para que isso possa se processar de uma forma objetiva.

E vou dar um exemplo: a folha de salários da União passou de US$ 16 bilhões, em 92, para R$ 33 bilhões, em 95. Mais que dobrou. Agora, pergunte ao funcionário se o salário dele dobrou? Não dobrou. Aumentou. Houve um aumento real. No governo Itamar Franco e, agora, com o aumento que demos, em janeiro, os funcionários estão com os seus salários aumentando em termos reais. Que ninguém se iluda quanto a isso. O ponto de partida foi baixo? Foi baixo, mas o governo tem feito um esforço e continuará fazendo para repor, em termos reais. Mas não dobrou. Sabe por que? Porque a maior parte desse aumento da folha, ele vai para a aposentadoria. No caso da União — que a União paga mais que integral o salário, quem se aposenta ganha não é 100%, é 115%, em média. E esse é o único país do mundo em que ao se aposentar a pessoa ganha mais. É um incentivo à aposentadoria precoce. Se você ganha mais como aposentado, para que trabalhar? E é uma coisa ilógica.

Pois bem. Por causa disso, o peso da folha de salários é enorme, porque isso aumenta os gastos com pessoal e não permite que se faça um aumento maior dos salários dos que estão trabalhando.

Eu pergunto ao País o que ele deseja, se ele deseja que os salários diminuam, em termos proporcionais, para quem está trabalhando permanentemente, e aumente para quem está aposentado, ou se querem manter uma aposentadoria condigna, mas que não tenha um peso desse porte, e que, portanto, a massa dos aposentados não cresça mais depressa que a massa dos ativos?

A pergunta é simples. Se o País responder que prefere realmente uma espécie de suicídio lento, o presidente lamenta, mas obedece à vontade da maioria. Se for essa a vontade do Congresso, se a maioria refletida no Congresso achar que quer pouco a pouco sufocar quem trabalha, pensando que vai permitir a aposentadoria quando não vai, porque daqui a dez anos ninguém vai ter essa possibilidade, porque estará tudo quebrado. No meu governo não altera nada, porque os direitos adquiridos estão aí, então não vai alterar nada no caixa. Mas é uma questão de filosofia e de responsabilidade para com o futuro.

Não terei medo de enfrentar nenhum desses problemas, com a franqueza com que estou falando agora aqui. Porque eu acho que chegou a hora: o Brasil cansou de impostura, cansou de impostura. Então, nós vamos dizer as coisas como são e optem. O governo vai fazer a sua parte, o governo vai apelar à sociedade, vai explicar à sociedade, vai mostrar que ele não quer tirar um tostão de quem quer que seja. Vai garantir os direitos, mas vai perguntar: e os direitos futuros? E os direitos dos que estão nascendo hoje, não vão ser assegurados? Nós vamos ser irresponsáveis em gastar tudo hoje sem saber como vai ser amanhã? Essa que é a nossa questão.

Não se fala tanto, e com razão, que temos que pensar nas crianças? E pensar na criança não é pensar no futuro da criança? E pensar no adolescente não é pensar no emprego? E o emprego, não precisa ser garantido também, em função de um crescimento econômico mais ativo? Esse é o espírito das reformas: melhorar, dar mais, garantir salários reais, garantir uma aposentadoria condigna para todos os brasileiros. Acabar, ou restringir, se não der para acabar, com os privilégios.

Não preciso me alongar. Dei apenas exemplos na ordem econômica e na ordem previdenciária. Virão depois, em momento oportuno, as discussões sobre a reforma tributária — onde o espírito será o mesmo — e a reforma administrativa.

Mas eu queria, ao entregar hoje, como farei esta tarde, ao Congresso Nacional essas emendas, aproveitar a oportunidade de estarmos aqui reunidos com os meios de comunicação para permitir ao País esta mensagem, que é de confiança, que é de esperança muito forte, que é de crença de que nós vamos manter o Real e, que para mantê-lo nós vamos precisar fazer essas reformas. Nós vamos continuar o crescimento econômico e, para mantê-lo, para continuá-lo, nós precisamos das reformas. E nós faremos as reformas. Muito obrigado."